

Espaço aberto

Genocídio anunciado

GLAUCO PINTO DE MORAES

Em março de 1986 estive no território yanomami, na maloca do Watoricteri, no Amazonas. Uma longa viagem em diversos tipos de avião, passando por Roraima e culminando com uma caminhada de dez quilômetros pela floresta até bem próximo da fronteira venezuelana. Os yanomamis, segundo pesquisas lingüísticas cientificamente confiáveis, vivem naquela mesma região há cerca de três mil anos. Foram contemporâneos de boa parte da História da Humanidade, de toda a história do Brasil e, hoje, são contemporâneos de seu próprio genocídio.

Mantiveram, por todo esse tempo, o mesmo estágio cultural e inalteradas suas relações sociais e econômicas, o que faz desses índios uma amostra viva e preciosa da vida primitiva na Terra. São sem dúvida o último grupamento humano no planeta preservado com sua cultura e hábitos ancestrais. Foram preservados, até recentemente, pelo inóspito de seu território e a pobreza do solo. Mas essa paz está sendo afetada pela invasão incontrolada de garimpeiros, desde a divulgação da existência de ouro e outros minerais em seu território.

Fomos lá para assistir a uma reunião de tuxauas (caciques), para, pela primeira vez em sua história, tratar de assunto não ritual, mas da defesa de sua terra e de sua cultura ameaçadas pela invasão. Ao chegarmos, foi como se entrássemos noutra dimensão de tempo e espaço, onde relações sociais e interpessoais são simples, alegres e ingênuas. Os poucos bens são comuns, e a natureza é o vínculo que os une a todos, alimentando, curando, divertindo e também de onde retiram toda a extraordinária magia de seu mundo misterioso e harmônico.

Foi envolvido por esse utópico encanto, dormindo na imensa maloca de palha que mais parece o duomo de uma catedral ou o bojo de uma nave cósmica, vendo e ouvindo danças e cantos vindos desde a origem dos tempos que me conscientizei da vergonha de ser contemporâneo e cúmplice dessa destruição. Somos todos testemunhas do genocídio dos índios yanomamis; do etnocídio de um povo milenar pela cobiça de alguns e ignorância de autoridades que não alcançam a magnitude desse crime, pelo qual serão historicamente responsabilizados, porque têm a seu alcance a opção contrária de fazer o gesto de os salvar. E ainda é tempo.

Davi Yanomami, que conheci lá, um índio que sente a ameaça da destruição de seu povo e da floresta e se opõe a isso, recebeu ano passado, com apoio da União das Nações Indígenas (UNI) e da comunidade indígena, o prêmio "Global 500", conferido pela Unep, órgão preservacionista da ONU que simboliza o seu povo como exemplo da preservação ambiental. O mesmo prêmio foi concedido a Chico Mendes e pela mesma razão. Não esperemos o assassinato de Davi e de seu povo para, então, nos indignarmos.

O eixo de toda a questão yanomami é a demarcação e consequente proteção do território em que vivem, cuja limitação é a das suas necessidades, dos seus hábitos culturais e do equilíbrio da floresta. Assim, expressamente, determina o Art. 213 da Constituição. No entanto, a União, pela Portaria 250, alterou o território yanomami — reduzindo-o a 30% do destinado anteriormente — e o retalhou em 19 pequenas áreas descontínuas, verdadeiras ilhas de confinamento ou campos de concentração. Esse ato, além de ilegal, é uma violência contra o índio e a floresta e abre caminho à escancarada e predatória ocupação do território e à destruição física e cultural desse povo. É o genocídio anunciado que está se consumando.

A sociedade brasileira, por alguns de seus segmentos mais atuantes, tem se mobilizado em campanhas pela Mata Atlântica, contra a pesca das baleias e pela preservação do pantanal. No entanto, talvez por desinformação, assiste passivamente ao extermínio de um povo. A palavra chave desse Brasil-pós Constituinte é, sem dúvida, cidadania. Seria bom que pudéssemos exercê-la plenamente. Dia 4 de janeiro, várias entidades e personalidades da parcela mais viva da sociedade civil, como a OAB, ABI, SBPC, sindicatos, federações, universidades, Anistia Internacional, parlamentares e outros segmentos, reuniram-se para criar um secretariado de vigilância contra a irresponsabilidade e a violência generalizadas e a impunidade que as estimula, denominada Ação pela Cidadania.

É uma tentativa de articulação no empenho de fazer cumprir a lei, defender a vida e a natureza a partir da consciência da cidadania. Isso porque questões nacionais como essas devem ser tratadas e resolvidas pela sociedade brasileira. Esse secretariado, entre outras prioridades, tentará gestões com o governo para rever a questão yanomami, restabelecendo seu território, e vai mobilizar a consciência social contra o genocídio daquele povo indefeso.

